

RÚBRICA: Ass MAT: 2403-0

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2014

OBJETIVO

Segundo disposto na Lei das Sociedades por Ações com as alterações posteriores, com base na escrituração mercantil da companhia, ao final do exercício, a Diretoria fez elaborar o conjunto completo de demonstrações contábeis que inclui os componentes a seguir destacados.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

ATIVO		
DESCRIÇÃO	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE	26.616.652,07	17.375.320,66
DISPONÍVEL	5.530.840,27	351.022,43
Bancos conta movimento	5.528.209,16	307.470,50
Aplicação Financeira - BB títulos	285,80	8.255,60
Recursos Vinculados - Depósitos e Cauções	2.345,31	35.296,33
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	13.740.717,21	8.414.991,88
Faturas e duplicadas faturadas	8.414.991,88	8.414.991,88
Créditos A Receber - Restos a pagar a pagar Processado	5.325.725,33	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	7.259.932,86	8.556.762,45
ADIANTAMENTOS CONCEDIDO A PESSOAL	1.343.754,95	1.049.566,43
Adiantamento de Férias	1.279.647,00	1.027.608,85
Adiantamento de Décimo Terceiro Salário	64.107,95	21.957,58
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	473.511,98	473.511,98
ISS a Recuperar/Compensar	79.247,11	79.247,11
Imposto de Renda a Recuperar/Compensar	52.871,45	52.871,45
COFINS a Recuperar/Compensar	280.553,19	280.553,19
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	60.840,23	60.840,23
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	1.618.597,16	1.630.733,02
Apurados em Tomadas de Contas	1.571.426,88	1.572.626,84
Créditos Parcelados - Apurados em Tomadas de Contas	47.170,28	58.106,18
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	3.825.930,10	3.255.182,95
Depósitos para Interposição de Recursos	3.394.379,88	2.845.920,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	409.262,95	409.262,95
Depósitos para Interposição de Recursos -Fonte Própria	22.287,27	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER - CURTO PRAZO	0,00	2.147.768,07
Valores Pendentes de Liquidação	0,00	2.147.768,07
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS - C/PRAZO	-1.861,33	0,00
Ajuste para perdas com Dep. Int. Recursos	-1.861,33	0,00
BENS EM ALMOXARIFADO	85.161,73	51.409,90
Estoques	85.161,73	51.409,90
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS ANTECIPADAS	0,00	1.134,00
Pagamentos Antecipados	0,00	1.134,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.447,61	608.622,27
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	17.747,86	17.747,86
Depósitos Restituíveis e Valores a L/Prazo	5.632,70	5.632,70
Incentivos Fiscais	12.115,16	12.115,16



INVESTIMENTOS	101.831,59	101.831,59
Participações Societárias	98.826,55	98.826,55
Obras de Arte e Outros Bens-Singulares	3.005,04	3.005,04
IMOBILIZADO	570.641,63	488.816,29
Bens Móveis	2.851.097,66	2.644.316,90
(-) Depreciação Acumulada	-2.280.456,03	-2.155.500,61
INTANGÍVEL	226,53	226,53
Marcas e Patentes	709,15	709,15
(-) Amortização	-482,62	-482,62
TOTAL DO ATIVO	27.307.099,68	17.983.942,93

PASSIVO		
DESCRIÇÃO	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE	44.845.110,46	17.259.907,64
OBRIGAÇÕES TRAB. E PREVIDENCIÁRIAS A C/PRAZO	13.406.505,68	12.074.864,91
PESSOAL A PAGAR	11.168.271,09	12.074.864,91
Provisão de férias	8.957.074,85	9.754.117,36
Provisão para Licença Administrativa	2.211.196,20	2.320.747,55
Salário, Remunerações e Benef. Ativo - Exercício Anterior	0,04	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.238.234,59	0,00
FGTS a Pagar	630.622,02	0,00
INSS a Pagar	1.607.612,57	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR - CURTO PRAZO	5.047.379,40	38.436,38
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NAC. A C/PRAZO	5.047.379,40	38.436,38
Fornecedores de Bens	2.237.684,36	0,00
Fornecedores de Serviços	2.809.695,04	38.436,38
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	35.393,92	0,00
IRPJ a Recolher	21.780,87	0,00
CSSL a Recolher	13.613,05	0,00
PROVISÕES A CURTO PRAZO	19.473.699,77	0,00
Provisão para Riscos Trabalhistas	19.473.699,77	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	6.882.131,69	5.146.606,35
Valores Restituíveis - Consolidação	528.714,16	35.296,33
Valores Restituíveis - INTRA OFSS	3.594.861,46	2.963.537,55
Valores Restituíveis - INTER OFSS UNIÃO	2.758.556,07	4,40
Recursos Especiais a Liberar - RP não Processado	0,00	2.147.768,07
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	347.868,67	19.821.568,44
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	347.868,67	19.821.568,44
Fornecedores e Prestadores de Bens e Serviços	347.868,67	347.868,67
Provisões para Contingências	0,00	19.473.699,77



PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-17.885.879,45	-19.097.533,15
CAPITAL SOCIAL	12.233.727,60	12.233.727,60
Capital Social Realizado	12.233.727,60	12.233.727,60
RESULTADO ACUMULADO	-30.119.607,05	-31.331.260,75
Lucros/Prejuízos acumulados	-31.331.260,75	-31.331.260,75
Resultado do Exercício	288.865,55	0,00
Superávits ou Déficits Acumulados	7.765,71	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	915.022,44	0,00
TOTAL DO PASSIVO	27.307.099,68	17.983.942,93

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2014

DESCRIÇÃO	2014	2013
RECEITA BRUTA	0,00	261,00
Vendas de mercadorias	0,00	0,00
Serviços prestados		261,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	0,00
(-) ISS	0,00	0,00
(-) Cancelamentos	0,00	0,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	0,00	261,00
(-) CUSTOS DA RECEITA BRUTA		4.045,00
LUCRO OU PREJUÍZO BRUTO	0,00	4.306,00
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-140.947.525,08	-130.167.205,00
Despesas com Vendas e Serviços	0,00	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-113.955.949,53	-102.657.708,70
Pessoal e encargos sociais	-106.991.155,75	-96.588.490,79
Outras despesas administrativas	-6.829.530,36	-6.239.282,37
Depreciações e amortizações	-135.263,42	0,00
Incorporação/desincorporação de direitos	0,00	170.064,46
VARIAÇÕES MONETÁRIAS	0,00	210.402,44
Atualizações de ativos		210.402,44
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-26.991.575,55	-27.517.400,98
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	7.904,68
REPASSE RECEBIDO	0,00	0,00
LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL LÍQUIDO	-140.947.525,08	-129.952.496,56
DESPESAS/RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	141.271.784,55	111.268.317,86
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-583.562,22	-48.096.447,71
Depreciações e amortizações	0,00	163.749,10
Outras despesas não operacionais	0,00	-48.260.196,81
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	141.855.346,77	159.364.765,57
Repasse financeiro recebido	141.855.346,77	121.620.893,46
Outras receitas não operacionais		37.743.872,11
LUCRO OU PREJUÍZO ANTES DA CSLL E IRPJ	324.259,47	-18.684.178,70



(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	-21.780,87	0,00
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-13.613,05	0,00
LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	288.865,55	-18.684.178,70

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2014

Descrição	Capital Social	Reservas	Lucro ou Prejuízo Acumulado	Total
SALDO EM 31.12.2012	12.233.727,60	0,00	-12.647.082,05	-413.354,45
Aumento do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste não Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Realiz. Reserva de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção monetária	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	-18.684.178,70	-18.684.178,70
SALDO EM 31.12.2013	12.233.727,60	0,00	-31.331.260,75	-19.097.533,15
Aumento do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes Financeiros	0,00	0,00	7.765,51	7.765,51
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	915.022,44	915.022,44
Realiz. Reserva de Reavaliação	0,00			0,00
Correção monetária	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro/Prejuízo do Exercício	0,00	0,00	288.865,88	288.865,88
SALDO EM 31.12.2014	12.233.727,60	0,00	-30.119.606,92	-17.885.879,32

**DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS
EXERCÍCIO DE 2014**

SALDO EM 31.12.2013	-31.331.260,75
Ajustes Financeiros	7.765,71
Ajustes de Exercícios Anteriores	915.022,44
Realização da Reserva de Reavaliação	0,00
Lucro/Prejuízo do Exercício	288.865,55
SALDO EM 31.12.2014	-30.119.607,05



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2014

MÉTODO INDIRETO

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.451.695,29	-149.748,55
RESULTADO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	288.865,55	-18.684.178,70
Ajustes	0,00	0,00
Depreciação/Amortização	124.955,42	-163.749,10
LUCRO/PREJUÍZO AJUSTADO	413.820,97	-18.847.927,80
VARIAÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE		
Créditos a receber	0,00	-1.494.712,77
Créditos de Curto Prazo	5.325.725,33	219.496,82
Adiantamentos concedidos	294.188,52	-239.535,61
Direitos realizáveis a curto prazo	-12.135,86	510.334,79
Estoques	33.751,83	-5.774,03
Outros créditos a receber a curto prazo	2.147.768,07	2.147.768,07
Despesas antecipadas	0,00	1.134,00
TOTAL	7.789.297,89	1.138.711,27
VARIAÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE		
Depósitos	-2.998.838,28	525.765,66
Fornecedores	5.008.943,02	38.436,38
Recursos especiais a liberar	-2.147.768,07	654.298,57
Provisões	1.331.640,77	1.709.287,58
TOTAL	1.193.977,44	2.927.788,19
AUMENTO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Obrigações legais e tributárias	-19.473.699,77	16.909.102,33
Obrigações a pagar	0,00	0,00
TOTAL	-19.473.699,77	16.909.102,33
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	206.780,76	-204.973,76
Aplicação no ativo imobilizado	0,00	0,00
Bens móveis e imóveis	206.780,76	-204.973,76
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	922.788,15	0,00
Recursos para aumento de capital	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	922.788,15	0,00
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	5.179.817,84	55.225,21
Disponibilidades - no início do período	351.022,43	295.797,22
Disponibilidades - no final do período	5.530.840,27	351.022,43
FECHAMENTO (1-2+3-4)	0,00	0,00



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei 6.404/76) e suas alterações.

a) Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial apresenta a classificação contábil determinada pela Lei nº 6.404/76, bem como, as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, pelas quais o ativo e o passivo dividem-se em circulante e não circulante, com as publicações das Leis nºs 11.638/2007 e 11.941/2009, foi criado o grupo de bens intangíveis que fazem parte do ativo não circulante.

b) Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração do resultado do exercício evidencia a composição do resultado formado durante o exercício social da entidade. A demonstração do resultado apresenta a formação dos vários níveis de resultados, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.

c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Evidencia as mudanças, em natureza e valor, havidas no patrimônio líquido da entidade, durante o exercício.

d) Demonstração do Fluxo de Caixa

Introduzida pela Lei 11.638/2007 a DFC divulga o fluxo de caixa dividido nas seguintes categorias:

- Fluxo de caixa da atividade operacional
- Fluxo de caixa da atividade de investimentos
- Fluxo de caixa da atividade de financiamentos
- Caixa e equivalente de caixa;

NOTA 02 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e Despesas

Foram reconhecidas de acordo com o regime contábil de competência do exercício;

b) Registros contábeis

Os registros contábeis relativos ao período de janeiro a dezembro do exercício de 2014, foram realizados através do sistema eletrônico de processamento de dados do "Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO", administrado pela Secretaria de Estado de Fazenda/Subsecretaria de Contabilidade do Distrito Federal;

**c) Ajuste a valor presente**

Os valores recebíveis registrados, tanto no Ativo Circulante como no Ativo não Circulante, são avaliados pelo valor inicial, o que equivale ao valor presente, por não haver presunção de juros embutidos sobre esses recebíveis.

d) Redução ao valor recuperável de ativos

Até o momento as revisões do imobilizado não indicam que os valores contábeis não possam ser recuperados, não havendo necessidade de reconhecer perdas permanentes.

NOTA 03 - SUBVENÇÕES ECONÔMICAS DO GDF

Atendendo os preceitos legais de que trata o artigo 47 parágrafos único, item II da lei complementar nº 101, de 04.05.2000, apresentamos no quadro abaixo os recursos recebidos do Governo do Distrito Federal, durante o exercício de 2014.

Fonte	Destinação	Valor
100000000	Pessoal e Encargos Sociais	107.648.433,03
100000000	Outras Despesas Correntes	31.867.310,41
Total		139.515.743,44

NOTA 04 - CONTAS DO ATIVO EM DESTAQUE

Esta nota tem por finalidade demonstrar a situação de grupos de contas do ativo circulante considerado mais relevantes no processo de Prestação de Contas, tendo com item principal os direitos a receber de clientes, conforme abaixo:

a) Faturas e duplicatas faturadas a receber

Trata-se do principal e mais polêmico item do ativo. O valor está composto por fornecimentos a receber decorrentes de prestação de serviços pela CODEPLAN aos diversos órgãos e empresas ligadas ao Governo do Distrito Federal, atualmente sem perspectivas de liquidez.

As recomendações veiculadas pelos relatórios expedidos pela Controladoria-Geral, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Transparência e Controle, sugerem a adoção das seguintes providências:

- Levantar a documentação, a fim de atestar se houve efetivamente a execução dos trabalhos.
- Verificar se houve terceirização dos serviços.
- Apurar possíveis irregularidades e instaurar sindicância se for o caso.
- Cobrar dos órgãos devedores os valores atualizados.

Para atendimento ao profícuo trabalho desenvolvido pela auditoria, todas as providências recomendadas foram adotadas. Assim, e na impossibilidade de constatar a efetiva prestação de serviços, foi providenciado o levantamento da documentação e atestado da efetiva prestação de serviços. A seguir, foi aberto um processo administrativo de cobrança para cada devedor. Os



processos de cobrança foram devidamente encaminhados a cada órgão, sem ter havido manifestação por parte dos devedores.

O fato é que até o presente momento as medidas adotadas se mostraram inócuas e ineficazes, motivo pelo qual não surtiram os efeitos desejados. Dois grandes fatores vêm emperrando a solução. Em primeiro lugar, há sempre contestação dos serviços prestados, em seguida, os administradores alegam que as obrigações não foram por eles contraídas, logo, não têm obrigação de cumpri-las.

De outra parte, uma vez procedidas as cobranças extrajudiciais, não se pode aventar a hipótese de se proceder a cobrança judicial das dívidas. No caso vertente, há de levar em conta os pareceres da Procuradoria Geral do Distrito Federal – PGDF e da Assessoria Jurídica desta Companhia, com entendimentos quanto a prescrição dos ativos em questão.

Acontece que após tantas idas e vindas e o horizonte temporal despendido, definitivamente os procedimentos de cobrança até então adotados perderam a eficácia e a cobrança judicial mostra-se inócuas. Em outras palavras, seriam desperdiçar recursos líquidos em causas incobráveis.

No tocante à atualização monetária reputamos de suma importância para que se tenha a exata dimensão financeira das dívidas. No entanto, não aconselhamos o registro contábil, devido às implicações fiscais, tributárias e patrimoniais.

Com base nessas constatações, a GEAFI tomou a iniciativa de abrir o processo nº 121.000376/2013, com vistas a sugerir uma decisão ampla e homogênea que atenda todos os interesses e promova uma solução definitiva ao assunto que decorre de longa data. Com base em Parecer da Procuradoria Geral – PGDF, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, foram favoráveis a baixa contábil, entretanto, recomendaram o encaminhamento do processo para aprovação da Diretoria Colegiada, posteriormente à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN e a Assembleia Geral dos Acionistas.

b) Recursos a receber de restos a pagar processados

Por advento do encerramento do exercício financeiro de 2014, ficou contabilizado no ativo da companhia o crédito no valor de R\$ 5.325.725,33, para pagamento com fonte do Tesouro as obrigações contratuais de serviços prestados e atestados, sem o efetivo pagamento, restando tão somente, sua inscrição na conta de recursos a receber de restos a pagar processados.

c) Créditos por danos ao patrimônio

Esta conta registra os pagamentos indevidos, totalizando no encerramento do exercício o valor de R\$1.571.426,88, dividido em R\$ 1.380.190,60, decorrente do resultado do processo de Tomada de Contas Especial – TCE, instaurada pela CODEPLAN, para apurar responsabilidade pelos pagamentos indevidos efetuados ao Instituto Euvaldo Lodi – IEL – Contratos 004/97 e 005/97. Processo judicial nº 2005.01.1.057.572-9. Nesta conta também, permanece os registros contábeis no valor de R\$ 191.236,28, resultantes de outros processos de Tomadas de Contas Especial – TCE.

**d) Estoque (Almoxarifado de material de consumo)**

Foram avaliados ao custo de aquisição, acompanhando os registros da CODEPLAN no Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMA do Governo do Distrito Federal, os quais não superam os preços de mercado;

e) Imobilizado Tangível e Intangível

Estão avaliados pelo custo de aquisição, ajustados por depreciação/amortização a taxas variáveis, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens;

NOTA 05 – CONTAS DO PASSIVO EM DESTAQUE**a) Provisões de Férias e Licença Administrativa Remunerada**

As provisões foram constituídas e registradas no passivo circulante, em atendimento a exigências legais, com destinação à cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3 (um terço) constitucional, bem como, a provisão para Licença Administrativa Remunerada – LAR, acrescidas dos seus respectivos encargos sociais.

b) Provisão para Indenizações Trabalhistas

Diz respeito a valores provisionados relativos aos diversos processos de ações trabalhistas e cíveis em andamento, registrado no passivo circulante. A Companhia, consubstanciada na informação da Assessoria Jurídica, efetuou e mantém registrado as provisões, demonstrado na tabela a seguir. Cabe esclarecer, que a movimentação de inscrição e reversões não foram contabilizadas durante o exercício de 2014, tendo em vista, que não houve por parte da Subsecretaria de Contabilidade a criação e disponibilização de evento contábil compatível no ambiente SIAC/SIGGO. Por esse motivo, o valor total do registro contábil permanece inalterado se comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

DESCRIÇÃO	2014
Ações Trabalhistas:	
Quantidade de ações - 248	7.963.699,77
Ações Cíveis:	
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	300.000,00
Encomenda Urgente	70.000,00
TERRACAP – Ação Civil Pública	5.000.000,00
CEB - Ação Civil Pública	5.140.000,00
SEPLAN - Ação Civil Pública	1.000.000,00
TOTAL DO PASSIVO CONTINGENTE	19.473.699,77

c) Fornecedores a pagar – Longo Prazo

Esta rubrica registra, ainda, fornecedor por conta de prestação de serviços. Por ocasião da assunção do Governo Arruda, houve determinação (Decreto nº 27.959 de 17 de maio de 2007) no sentido de proceder negociação de vários contratos, incluindo o contrato com a AMIL. A maioria dos fornecedores aceitou a redução do valor do contrato, com exceção da empresa AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL, assim permanece o registro da obrigação no valor de R\$ 347.868,67.

**NOTA 06 - CAPITAL SOCIAL****DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL**

Capital Social está dividido em 1.223.372.760 Ações Ordinárias Nominativas no valor total de R\$ 12.233.727,60 (doze milhões duzentos e trinta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos). De acordo com a Ata da 35ª (trigésima quinta) Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27.04.2001, o capital social ficou assim constituído:

ACIONISTAS	PARTICIPAÇÕES R\$	(%)
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	12.191.633,56	99,6560
CIA. URB. DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	41.867,95	0,3422
BANCO DE BRASÍLIA S/A – BRB	226,09	0,0018
TOTAL	12.233.727,60	100,00

NOTA 07 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO - PASSIVO A DESCOBERTO

De acordo com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade¹, o passivo a descoberto ou patrimônio líquido negativo significa que a empresa opera essencialmente com capitais de terceiros em montante superior aos capitais próprios.

O ativo, por sua vez, é inferior ao total das exigibilidades, incluindo o capital próprio. Em outras palavras, na hipótese de se promover a realização de todo o ativo, nem os credores nem mesmo os acionistas poderão ser satisfeitos.

A situação patrimonial negativa em que se encontra a CODEPLAN foi motivada pela necessidade de evidenciar os ajustes e reclassificações oriundas de riscos e incertezas sobre a estrutura patrimonial da Companhia. O objetivo, portanto, foi o de evidenciar com fidedignidade, transparência e consistência a real posição econômica, financeira e patrimonial da entidade, conforme especificado.

Esses ajustes foram decorrentes, preponderantemente, do reconhecimento dos aludidos riscos e incertezas caracterizados por ações cíveis e trabalhistas transitadas e julgadas em várias instâncias judiciais, com resultados desfavoráveis para a CODEPLAN.

O requisito essencial para a constituição de um passivo contingente é que o valor da obrigação seja perfeitamente mensurado com suficiente confiabilidade. Segundo disposto na Resolução do CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE² as provisões para perdas ou riscos devem ser constituídas com base em estimativas de seu valor provável de exigibilidade.

No presente caso, no curso dos trâmites processuais, as ações judiciais foram devidamente avaliadas, quantificadas e mensuradas para, ao final, ser registradas em provisão para indenizações trabalhistas.

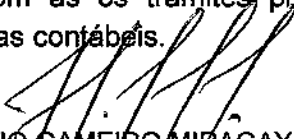
¹ Resolução CFC 1.049/2005.





Por conseguinte, no balanço patrimonial de 31.12.2014, o item provisão para indenizações trabalhistas que no exercício anterior apresentava o saldo contábil de R\$ 19.473.699,77, em função desses reconhecimentos passou a R\$ 19.473.699,77.


Esse valor teve grande influência sobre o resultado econômico e financeiro da instituição e, conseqüentemente, sobre o capital próprio da empresa, o que motivou o aparecimento do passivo a descoberto. Entretanto, malgrado as repercussões negativas decorrentes do fato de uma empresa operar em tais condições patrimoniais, necessário esclarecer que essa situação é transitória, visto que a CODEPLAN depende orçamentaria e financeiramente do Tesouro do Distrito Federal e tão logo seja efetuado o pagamento dessas ações via repasse de recursos do Tesouro, será procedida a reversão desses valores e, conseqüentemente, a redução do passivo a descoberto.

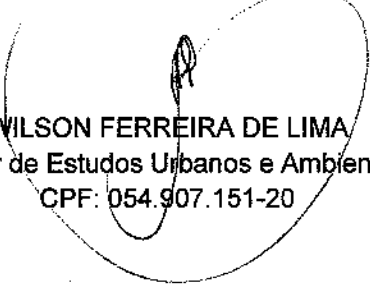
De todo o exposto, permitimo-nos afirmar que os elementos comprobatórios e evidências substantivas que originaram os ajustes contábeis são perfeitamente identificáveis e guardam consonância com as os trâmites processuais jurídicos e estão coerentes com as boas e melhores práticas contábeis.

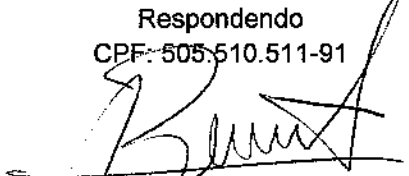

JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA
Presidente
CPF: 411.815.737-33


SALVIANO ANTÔNIO GUIMARÃES BORGES
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 505.510.511-91


JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA
Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas
Respondendo
CPF: 411.815.737-33


SALVIANO ANTÔNIO GUIMARÃES BORGES
Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Respondendo
CPF: 505.510.511-91


WILSON FERREIRA DE LIMA
Diretor de Estudos Urbanos e Ambientais
CPF: 054.907.151-20


MARTINHO BÉZERRA DE PAIVA
Contador CRC-DF 10.538/O-8
CPF: 209.774.331-53